

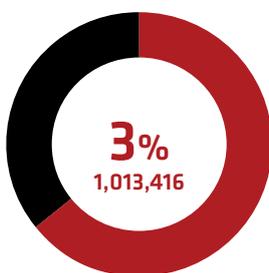


Mapeamento do envolvimento da diáspora MOÇAMBIQUE

Factos & Números

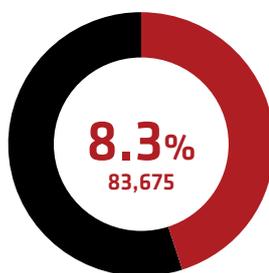
Emigração

% de emigrantes da população total



♂ 64.4%
♀ 35.6%

% dos quais na UE



♂ 44.9%
♀ 55.1%



de remessas no produto interno bruto

total: 1.7%

Fluxos de remesas (US\$ milhões): 303



Principais países de destino

África do Sul	716,057
Zimbabwe	121,628
Portugal	71,421
Malawi	58,344
Tanzânia	13,138

Direitos políticos



Dupla cidadania¹



Direito de voto para cidadãos residentes no estrangeiro²



Votação a partir do estrangeiro



Nas embaixadas/consulados

Moçambique não tem uma política de envolvimento da diáspora.

O Ministro das Relações Exteriores e Cooperação anunciou recentemente a tentativa de conceber uma **Política Nacional da Diáspora** para orientar o envolvimento com comunidades moçambicanas no estrangeiro, mas não foram fornecidos mais detalhes para este efeito.

1 A Constituição de 2004 permite dupla cidadania com a principal restrição a ser de que o Presidente deverá ter cidadania Moçambicana. Disponível online em: https://www.constituteproject.org/constitution/Mozambique_2007. No entanto, o reconhecimento da cidadania Moçambicana poderá ser desafiador dada a confusão que rodeia o enquadramento legal em vigor. A Constituição de 2004 não revoga a Lei de Nacionalidades de 1975. Consultar, Patrícia Jerónimo (2019). *Relatório sobre a Lei da Cidadania: Moçambique* (Relatório Nacional, Instituto Universitário Europeu, Observatório de Cidadania Global). P.: 4. Disponível online em: <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/62966>.

2 De acordo com a Lei de Registo de Eleitor e com a Lei Geral de Eleições, os cidadãos moçambicanos que residam e se tenham registado no estrangeiro podem exercer o seu direito a votar nas embaixadas e consulados da República de Moçambique. Os únicos critérios para a seleção dos países onde o registo externo ocorreria foram demográficos - a existência em cada país de um mínimo de 1000 cidadãos moçambicanos legalmente registados. Disponível online em: <https://cconstitucional.org.mz/lei-eleitoral/>.

Visão geral da estrutura política e legislativa



- 2014** ● **A Estratégia para o Envolvimento da Diáspora** foi desenvolvida pelo grupo interministerial liderado pelo Ministro das Relações Exteriores e Cooperação (MINEC), com apoio de capacitação da IOM.³
- 2017** ● **Regulamento Obrigatório da Segurança Social** (Decreto-lei 51/2017) proporciona um enquadramento para o registo e inscrição de moçambicanos a trabalhar por conta própria no estrangeiro no Sistema Obrigatório da Segurança Social. O registo pode ser feito eletronicamente. Adicionalmente, o tratamento recentemente ratificado entre Moçambique e Portugal permite que trabalhadores moçambicanos a residir em Portugal contribuam para o sistema moçambicano de segurança social e vice-versa.

» Tendências

Além de permitir o direito a votar para nacionais a viver no estrangeiro (em determinados países), Moçambique é um dos poucos países que atualmente fornece uma representação social de emigrantes em eleições legislativas nacionais. Os dois círculos extraterritoriais (um para moçambicanos a residir em África, um para os outros em outros países) são ambos baseados em Maputo. Apesar de um aparente emancipação da diáspora moçambicana relativamente ao direitos de voto e à representação política, as eleições nacionais passadas foram problemáticas e denunciadas como fraudulentas, com base em relatórios de observação independentes.⁴ O processo de votação no estrangeiro ainda não foi documentado.

Em 2020, o Ministro das Relações Exteriores lançou um exercício de mapeamento da diáspora realizado pelo Instituto Nacional para as Comunidades Moçambicanas no Estrangeiro (INACE), para desenvolver uma base de conhecimento da sua diáspora e informar a elaboração de uma política da diáspora. O governo expressou, nominalmente, o seu compromisso para desenvolver a política, mas não existe uma linha temporal disponível ao público para sua adoção. Com base nas minutas da reunião publicadas pelo INACE, consultas relativamente ao documento estão em andamento e incluem partes interessadas da diáspora, através de uma entidade formal - o Conselho Consultivo para Moçambicanos a viver no Estrangeiro (CCCM).

Parte de uma reforma do setor público mais amplo introduzida com a «Estratégia Global de Reforma do Sector Público 2021-2025» (EGRSP), Moçambique fez um caminho significativo no sentido de melhorar a acessibilidade a e-serviços. Relevante para a diáspora, (determinadas) missões diplomáticas expandiram os seus serviços consulares e têm a capacidade de emitir ou renovar passaportes (biométricos), cartões de identificação, licenças de condução, certificados de registo criminal e ainda militar.

Em 2022, as entradas de remessas no país caíram 1,8% do PIB.⁵ No entanto, similar à dinâmica regional na Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África (SADC), a vasta utilização de canais informais para transferências de remessas impede uma estimativa mais precisa. Além disso, o enquadramento regulador de Moçambique também impõe restrições sobre operadores de transferência de dinheiro independentes (MTO), que poderão restringir fluxos de remessas. Como tal, não existe um esquema formal, e os requisitos de reporte mantêm-se um fardo burocrático e, muitas vezes, desproporcionais ao valor das remessas enviadas e recebidas. Com efeito, os bancos são mandatados para processar transações de remessas quer por si mesmos ou em parceria com MTO com base em acordos de licenciamento específicos.⁶

3 Não é possível aceder ao documento em outros portais governamentais ou ministeriais online.

4 Freedom House (2022). Moçambique (Relatório Nacional). Disponível online em: <https://freedomhouse.org/country/mozambique/freedom-world/2023>.

5 Comparativamente, em 2021 as entradas de remessas atingiram 2,8% do PIB. Com base no balanço do FMI e do Banco Mundial de dados de pagamentos, disponível online em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS?locations=MZ>.

6 Em 2011, a empresa estatal mCel (o principal operador de rede) estabeleceu uma nova empresa Carteira Móvel (mKesh) que começou a oferecer serviços de dinheiro móvel em parceria com o Banco Central de Moçambique. Uma análise indica que o alcance e a adoção em áreas rurais foram significativos, Catia Batisat, Pedro C. Vincente (Junho de 2017). *Introducing Mobile Money in Rural Mozambique* (GLM/LIC Working Paper 30). Disponível online em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5fbd3eb5e90e077edee807d3/glm-lic-wp030.pdf>.

O ambiente de investimento foi particularmente afetado pelo contexto de segurança volátil e a exposição a desastres naturais. A Agência para a Promoção de Exportações e Investimentos em Moçambique (APIEX) assinou recentemente um Memorando de Entendimento com o INACE, para a criação de uma plataforma que publica oportunidades de investimento para Moçambicanos a viver no estrangeiro, mas a sua implementação ainda não é certa. Os membros e associações da diáspora também participaram em webinars e fóruns de investimento organizados pela APIEX.

Com efeito, o governo parece tentar aproveitar as contribuições da diáspora de forma mais firme, demonstrando abertura ao diálogo, apesar da baixa coordenação institucional geral e de um clima geralmente estável.



Realizações

A expansão dos serviços consulares que permite a emissão de registos criminais (em determinados países) irá facilitar a regularização do trabalho e da residência para moçambicanos a viver no estrangeiro, sendo dependentes de tais documentos para a renovação de autorizações de residência, procura de emprego e aquisição de outras nacionalidades. Pendente da adoção da Política da Diáspora, tais iniciativas indicam que Moçambique fez progressos para facilitar o diálogo e abordar, até certo ponto, problemas salientes para a diáspora.

Obstáculos



- **Falta de confiança:** Com um regime ininterrupto desde (mas ainda antes) as primeiras eleições multipartidárias em 1994, o partido governador, a Frelimo, tem um controlo significativo sobre instituições estatais e processos eleitorais, minando a confiança pública. As redes de clientelismo arraigado e corrupção generalizada podem impedir que os membros da diáspora moçambicana e representantes da comunidade (aqueles que se opõem ao governo) se envolvam ou participem em entidades de consulta formais.
- **Instabilidade regional:** Na província de Cabo Delgado, onde se concentram infraestruturas de extração e recursos significativos, uma insurgência contínua desenraizou centenas de milhares de pessoas, resultando numa devastadora crise humanitária. O conflito impactou o potencial económico do país, tornando o universo de investimento imprevisível, que poderá ainda limitar a capacidade para canalizar contribuições da diáspora em projetos de desenvolvimento ou uso produtivo.
- **Falta de dados:** Apesar do exercício de mapeamento da diáspora ter sido lançado em 2020, as instituições não publicam resultados do inquérito, nem sequer reportam o progresso sobre esforços de recolha de dados. Algumas organizações da diáspora contribuem igualmente disseminando formulários de registo e links para o portal oficial, mas os níveis de alcance e captação da comunidade não podem ser aferidos.

DESTAQUE: práticas eficazes



Mapeamento da diáspora (2020)

DADOS,
POLÍTICA

O Instituto Nacional para as Comunidades Moçambicanas no Estrangeiro (INACE) lançou a iniciativa de mapeamento da diáspora em nome do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação (MINEC). Emparelhado com consultas, o exercício abarca África, Europa e Ásia e tem como objetivo informar a elaboração de uma Política Nacional de Diáspora.

Together for Mozambique (2019)

CRISE,
PARCERIA

A Conferência de Liderança Americano-Portuguesa da Nova Iorque (NYPALC), uma associação de 68 organizações portuguesas no Estado de Nova Iorque e a Associação de Moçambicanos e Amigos de Moçambique em França, AMAMAZ, lançou uma campanha para recolher donativos para as vítimas do Ciclone Idai em Moçambique.

Anexo:

Lista De Actores

Instituições relacionadas com a diáspora

- **Instituições nacionais**

- A nível ministerial

Ministério das Relações Exteriores e Cooperação, MINEC 1994

O Ministro fornece coordenação geral para a política estrangeira de Moçambique e gere a relação com a diáspora no estrangeiro através da rede de embaixadas, consulados e cónsules honorários. De acordo com as declarações mais recentes, o Ministro irá também encabeçar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional da Diáspora em coordenação com outras agências e ministérios nacionais.

- A nível subministerial

Instituto Nacional para Comunidades Moçambicanas no Estrangeiro, INACE 2004

De acordo com a página inicial, o INACE (sob a alçada do MINEC) tem como objetivo promover e apoiar as comunidades moçambicanas na diáspora, emigrantes individuais e ainda associações da diáspora. O INACE realiza ainda o exercício de mapeamento da diáspora e tem como tarefa a institucionalização de conceitos, estratégias e boas práticas para o envolvimento da diáspora.

Organizações da diáspora na Europa



Associação All Mozambi (Associação Cultural de Moçambicanos e Amigos de Moçambique) 2013 Portugal

Atividades de integração

A associação estabeleceu recentemente a sua sede em Portimão, proporcionando apoio à comunidade Moçambicana e ajudando com a legislação de documentos e autorizações.

Associação de Naturais e Amigos de Moçambique, AANAM 2022 Portugal

Atividades de integração

Apoia a integração social de moçambicanos em Portugal, e em casos de falecimento também ajuda com custos de funeral e transferência de urnas.

Associação dos Estudantes Moçambicanos em Portugal, AEMOP Portugal

Atividades de integração

Proporciona atividades de lazer/recreativas e ajuda estudantes moçambicanos com a integração social na sociedade portuguesa. A organização tem capítulos em vários locais em Portugal.

Associação Centro Cultural Luso Moçambicano 2006, Portugal

Atividades de integração

As funções primordiais em áreas de cultura, cooperação internacional, solidariedade social e educação e tem o seu principal objetivo a integração de moçambicanos em Portugal «na defesa da prática de cidadania». Apoiar o Hospital Qualimane em Moçambique, a associação doou três ambulâncias. Uma das suas principais contribuições centra-se na organização de exposições anuais de artistas moçambicanos na *Casa da Cultura Lívio de Moraes* (Município de Sintra de Lisboa), o último nomeado após um artista moçambicano.

Association des Mozambicains et Amis du Mozambique en France AMAMoz França

Atividades de desenvolvimento

Atividades de integração

A associação tem como objetivo desenvolver trocas culturais e parcerias entre a França e Moçambique e para promover a cultura moçambicana em França. Em parceria com organizações chapéu de idioma português nos Estados Unidos, a associação lançou, com sucesso, uma campanha humanitária transnacional no rescaldo do Ciclone Idai.

Casa de Moçambique 1988 Portugal (vários locais, incluindo Lisboa)

Atividades de desenvolvimento

Atividades de integração

A organização promove laços económicos e socioculturais entre Portugal e Moçambique, ajudando moçambicanos com a integração na sociedade portuguesa. A associação também ofereceu bolsas de estudo a estudantes moçambicanos em coordenação com os municípios das províncias Zambézia e Inhambane.

Casa de Mozambique in the UK Reino Unido

Atividades de desenvolvimento

Atividades de integração

Com base num diretório de informações da comunidade local para o Borough de Camden, a associação proporciona oportunidades sociais, aconselhamento e apoio para moçambicanos a viver no Reino Unido, e ainda atividades de angariação de fundos para causas em Moçambique.

Casa Xima Portugal

Atividades de desenvolvimento

Atividades de integração

A associação promove o desenvolvimento pessoal e social de mulheres moçambicanas e a sua participação ativa na sociedade através de iniciativas de formação e solidariedade social. Em Moçambique, foi apoiada a reconstrução de duas escolas primárias nas províncias de Zambézia e Inhambane. A organização colabora ainda com o Ministério Português da Justiça na reintegração social de reclusos.

Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora, CEMD Portugal

☑ **Atividades de integração**

A organização promove e publica estudos e dissemina literatura moçambicana.

Friends of Vamizi Trust 2012 Reino Unido

☑ **Atividades de desenvolvimento**

Estabelecida por um grupo de famílias de origem europeia e moçambicana, a iniciativa dirige-se a comunidades, conservação marinha e desenvolvimento nas áreas costeiras do Oceano Índico (o Arquipélago Quirimbas, Ilha Vamizi).

Índico - Associação Cívica Moçambicana 2004 Portugal

☑ **Atividades de integração**

Promove valores culturais, consciência e realiza atividades que ajuda a conectar a diáspora moçambicana com o seu país de origem, enquanto salvaguarda os seus direitos no estrangeiro. A organização opera no Porto e serve comunidades moçambicanas no norte de Portugal.

Organização da Diáspora Moçambicana 2019 Portugal (com uma presença em 35 países)

☑ **Atividades de desenvolvimento**

A organização realiza atividades por todo o mundo, mas principalmente em Moçambique, onde lidera programas de patrocínio para orfanatos, fundos para bolsas de estudo para estudantes carenciados inscritos em universidades, e realiza campanhas humanitárias nas províncias de Cabo Delgado, Tete e Maputo, no seio de outras formas de apoio para os moçambicanos a viver no estrangeiro.

Organização da Mulher Moçambicana, OMM 1973 Portugal (capítulos em vários países)

☑ **Atividades de desenvolvimento**

Um movimento político afiliado com o partido governante, a Frelimo, a organização mobiliza mulheres quanto a questões de interesse e tem uma presença significativa nas redes sociais.

Pastos Verdes, 2005 Reino Unido, Moçambique

☑ **Atividades de desenvolvimento**

Fundado por Lisa e Orlando Muerasse, de origem Britânica e Moçambicana respetivamente, a organização proporciona apoio pastoral às comunidades locais em Moçambique através da educação baseada na Fé.

Escrito por: **Andra-Lucia Martinescu**
Editado por: **EUDiF**
Janeiro de 2024

Implemented by



Funded by
the European Union

